

A Setembrada: Novas perspectivas

Rafaelly de Jesus Xavier de Oliveira Durans¹

Introdução

O movimento iniciado em 13 de setembro de 1831 na província do Maranhão teve forte caráter antilusitano. Posteriormente, autores como Dunshee de Abranches (1931) denominaram esse episódio de Setembrada, na melhor tradição portuguesa de batizar os movimentos políticos com o nome do mês em que ocorreram.

É importante relacionar a Setembrada a outras revoltas que lhe foram contemporâneas, também no Norte do Brasil: A Setembrizada, em Pernambuco; e a Agostada, no Pará, pois pertencem ao mesmo contexto de reação à abdicação de D. Pedro I. Os episódios no Pará, especialmente, eram de conhecimento daqueles que lideraram “tropa e povo” e se reuniram com armas em frente ao Campo D’Ourique, prontos a fazer várias exigências ao presidente da província do Maranhão.

Toda essa movimentação será aqui apreendida a partir das Atas do Conselho Presidial, órgão consultivo ligado à presidência da província, criado pela Carta de 20 de Outubro de 1823, e espaço privilegiado para o acompanhamento do episódio.

No ano de 1831, o presidente da província era Cândido José Araújo Viana (1829-1832), e os seus conselheiros eram Manuel Pereira da Cunha, José Teodoro Correa de Azevedo Coutinho (ambos estudaram em Coimbra), João Nepomuceno de Lemos, de Itapecuru, Joaquim Antônio Vieira Belford, Francisco de Paula Pereira Duarte (ambos foram deputados às Cortes portuguesas no ano de 1822, sendo um pelo Maranhão e outro por Minas Gerais, respectivamente), e Joaquim Raimundo Teixeira Machado.

A análise dos registros deixados pelo Conselho (1825-1834) é fundamental na compreensão da dinâmica política e administrativa do Maranhão daqueles anos. Para o estudo da Setembrada, optei pela pesquisa em todas as atas referentes aos anos de 1831 e 1832, contraponto à perspectiva de autores, como Dunshee de Abranches (1931), Mario Meirelles

¹ Graduanda do curso de História- Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-FAPEMA). Essa pesquisa integra o projeto *O Conselho Presidial do Maranhão (1825-1834)*, coordenado pelo Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA) e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

(1960), que se ativeram à ata da sessão do dia 13 de Setembro, valorizando, assim, o “inesperado” daquela situação.

O Maranhão daqueles anos

Após a Independência, o Maranhão vive tempos de instabilidade política, expressa pelas sucessivas trocas de governo, apoiadas por “tropa e povo”. Mathias Assunção (2005) em texto sobre os “*Horrores da Anarquia*” no Maranhão identifica e explora o litígio entre os grupos políticos de então, considerando o forte elemento antilusitano de tais desavenças. Essas disputas pelo poder local se intensificavam e, com a notícia de abdicação de D. Pedro I, o sentimento de uma revanche dos brasileiros aumentava.

A notícia da abdicação chegou ao Maranhão em maio de 1831, acirrando os ânimos e provocando novas leituras sobre a noção de “independência”. O presidente Araújo Viana, receando que essa tensão se transformasse em revanche, propõe um *proclama-se* aos habitantes, noticiando a abdicação, proposta unanimemente aprovada pelo Conselho nos seguintes termos:

Maranhenses sucessos de grandes transcendências tiveram lugar na corte. Segundo as noticias recentemente chegada pelo Bergantin inglês Pericles. O imperador D. Pedro I abdicou a coroa deste Império em seu Augusto Filho e partio para Inglaterra. O governo foi confiado em uma regência provisória nomeados pelos representantes da nação com as atribuições que a constituição lhe marca até que se reúna a assembleia geral(ACP, 1825-1831, 15/5/1831fl. 115, Verso I).

Assim, compreender a Setembrada não está estritamente ligado à sessão do dia 13 de Setembro de 1831 - quando eclode o movimento - e sim à dinâmica política daquele tempo, incluindo aqui a relação entre alguns conselheiros e o movimento.

Mario Meirelles (1960, p.251), escreve sobre o movimento de 13 de Setembro; “...Clementino José Lisboa, o Comandante de Armas, confessando não dispor de força fiel que bastasse fazer em frente ao movimento, levou o Presidente a convocar o Conselho Geral da Província...”, assim, Araújo Viana pego de surpresa, foi orientado pelo comandante-das-armas a convocar o Conselho Geral da Província. Ainda segundo Mário Meireles (2001, p.251-252), Araújo Viana tentou atenuar as exigências pedindo que o prazo fosse estendido, pois o mesmo era de apenas 24 horas e que se excluísse “a proscrição dos portugueses que exercessem cargos de eleição popular e dos magistrados brasileiros natos”, o que foi negado por “povo e tropa”.

Dunshee de Abranches (1931, p. 7), assim define a Setembrada:

A Setembrada foi às terras maranhenses a primeira explosão desse liberalismo idealista, que, das almas ardorosas de jovens patriotas, filhos do país, se propagou, depois do 7 de abril, pelas selvas brasileiras em um entusiástico surto nativista que nos descreve Carlota Carvalho em páginas épicas e que acabou por ser esmagado pelo reacionarismo implante, levando as populações do Norte ao desespero e incutindo no coração dos sertanejos essas ânsias indomáveis de revolta e de libertação jamais arrefecidas por um século de sofrimentos, de abandono e de opressões...”.

E também nos informa que o presidente da província maranhense foi pego de surpresa sobre o movimento de 13 de Setembro de 1831, e que um grupo *derebeldes*² estava na frente do Campo D’Ourique com armas e exigências, sendo a principal “a expulsão de todos os portugueses dos altos cargos públicos e assim da província maranhense”, mas percebemos que Araújo Viana não foi pego de surpresa já que a possibilidade de explosão de um movimento antilusitano, que almejasse a expulsão de portugueses, já era perceptível no primeiro semestre do ano de 1831.

Araújo Viana convoca uma sessão extraordinária no mês de maio, que tem como pauta principal uma petição assinada por vários cidadãos que queriam a demissão do então Comandante de Armas, o brigadeiro Antônio Elizário de Miranda e Brito, além de todos os comandantes e majores dos corpos de primeira e segunda linha que não fossem brasileiros natos, alegando serem inimigos da Independência e do Império do Brasil.

Observamos que o conselheiro Vieira Belford vota contra essas medidas, dizendo ter provas insuficientes para tal demissão, já os conselheiros Cunha de Lemos e Joaquim Machado afirmam o contrário, que era urgente essa demissão tendo em vista a efervescência política provocada pela notícia de abdicação. Nessa e noutras sessões, é possível entrever a potencial ocorrência de um movimento insurgente.

As desconfianças provocam a demissão do Comandante de Armas, para o seu posto, é nomeado interinamente o Coronel Manoel de Souza Pinto Magalhães, que por motivos de saúde logo é substituído por Clementino Lisboa. Talvez a curta permanência de Pinto Magalhães no comando das armas tenha outras motivações: em 13 de setembro, Magalhães constaria na lista dos oficiais “brasileiros pela Constituição” a serem expulsos de seu posto e da província. Parece haver, também aqui, certa sintonia entre a posição de alguns conselheiros e as exigências do movimento.

²Dunshee de Abranches e Mario Meirelles analisam a Setembrada como um movimento que teve a presença de *REBELDES*, mas a análise dos registros indica que as autoridades os tratavam como “*POVO E TROPA*”, o que tem nos levado a explorar as relações entre alguns conselheiros e demais autoridades com as lideranças do movimento, especialmente no que respeita a exigência de “expulsão dos portugueses”.

Clementino Lisboa é nomeado comandante de Armas e posteriormente – em 1831, mas antes da Setembrada - inaugura uma tipografia, batizada como *Constitucional*, em que será impresso *O Farol Maranhense*, jornal redigido por José Cândido de Moraes e Silva, um dos líderes do movimento.

Este jornal começa a circular em dezembro de 1827³, tendo como principal objetivo denunciar as arbitrariedades administrativas, além de atacar os “portugueses” e seus representantes na imprensa, caso do *Censor* e de seu redator, Garcia de Abranches. Curiosamente, Abranches era pai de Frederico Magno, o outro líder da Setembrada.

José Cândido de Moraes e Silva ficou conhecido como *Farol*, nome do seu jornal, e sua atuação mereceu destaque ainda no XIX, quando Antônio Henriques Leal (1873), em seu *Pantheon Maranhense*, lhe dedicou uma biografia, e o saudou como um dos mais importantes “brasileiros da província”⁴.

Já Frederico Magno mereceu de seu tio, Dunshee de Abranches, uma homenagem no ano do centenário do movimento, com a publicação do romance histórico *A Setembrada* (1931). Com base em documentação não explicitada, o autor constrói uma narrativa que transforma Frederico Magno em protagonista, e o define como “um jovem lutador das causas nativistas e afim de qualquer custo para que o Maranhão se tornasse independente de Portugal” (p. 78). Percebemos sim a presença de Frederico Magno na análise das atas, mas sem maior projeção, como pretendeu Dunshee de Abranches.

Mario Meirelles (1960, p. 251) reconhece as mesmas lideranças:

Assim, no dia 12 de Setembro chegou-lhe o boato que algo mais sério se passava no hoje desaparecido Campo D’Ourique, em cujo quartel se haviam concentrado as tropas e a grande massa popular...No dia 14 tiveram resposta. Exigiam os liberais maranhenses, dirigidos por José Cândido Moraes e Silva e Frederico Magno de Abranches...

Considerações finais

Diante do exposto, temos caminhado para destacar figuras até então pouco relacionadas ao movimento, surgindo assim novas perspectivas, novos olhares e personagens. Assim, a análise da documentação nos leva a relacionar personagens já estudados com novos que estão emergindo.

³ Inicialmente, era impresso na Tipografia Nacional do Maranhão.

⁴ Recentemente, Elizabeth Abrantes (2007) e Vicente Madureira (2008) publicaram trabalhos sobre José Cândido.

Esperamos ainda explorar as linhas explicativas e principais omissões em torno do movimento, já que começamos a perceber autoridades “apoando” povo e tropa e querendo portugueses fora dos cargos públicos, nos permitindo construir um discurso histórico que perpassa um evento político que exige a análise de uma sociedade a partir de um amplo conjunto documental, que nesse caso envolve: atas de conselho presdial, seção de avulsos, jornais e obras literárias.

Referências

Documentos

Manuscritos

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Livros 1338 e 1339 – Conselho Presdial do Maranhão

Seção de Avulsos.

Impressos

Farol Maranhense – MA (1827-1833)

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. **Garcia de Abranches, o Censor** (o Maranhão em 1822). São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild&Co, 1922.

_____. (1931) **A Setembrada**: a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. José Cândido de Moraes e Silva – O “FAROL”: atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). **IV Simpósio Nacional Estado e Poder**: Intelectuais. São Luís: UEMA, 2007. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uma.com.br>>. Acesso em: 20/4/2011.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão – 1829-. 1841. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios**: Amazônia, margem e História. Rio de Janeiro, Campus, 2003, p. 195-225.

GALVES, Marcelo Cheche. Entre os lustros e a lei: a população portuguesa residente na cidade de São Luís na época da independência do Brasil. **XII Encontro Regional de História: usos do passado**. Rio de Janeiro, ANPUH, 2006, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2006/>>. Acesso em: 20/1/2011.

_____. **Ao público sincero e imparcial**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Programa de Pós-Graduação em História. UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

JANCSÓ, István. A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História econômica da Independência e do Império**. 2 ed. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002, p. 3-26.

LEAL, Antonio Henriques. (1873/1875) **O Pantheon Maranhense**. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos. 2 edição. São Luís: Editorial Alhambra, 1987.

LOPES, Antonio. História da **Imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Rio de Janeiro: **DASP**, 1959.

MADUREIRA, Vicente Antonio Rodrigues. **José Cândido de Moraes e Silva**: início e fim de uma saga antilusitana. Monografia (Licenciatura Plena em História). Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACESS, 1999. 4ª edição.

_____. **Construtores e herdeiros**. A trama dos interesses na construção da unidade política. In. Independência, história e historiografia. ISTVAN, Jancsó (org). São Paulo: Hucitec, 2005

MEIRELES, Mário (1960). **História do Maranhão**. São Luís: Siciliano, 2001.

_____. **História da independência do Maranhão**. São Luís: Artenova, 1972.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34, 2004.

PEREIRA, José Magno Martins. **Antilusitanismos e lutas políticas no Maranhão**: 1820-1832. Monografia (Licenciatura Plena em História). Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 5v.

SOUSA, Ramsés Magno da Costa. Memórias da Setembrada no Maranhão Oitocentista. VIII Encontro Humanístico Nacional, 2008. **Anais do VIII Encontro Humanístico Nacional**. Centro de Ciências Humanas / Núcleo de Humanidades. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2008, p. 1-11, CD-ROM.